▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

Ilustríssim Sra. Pregoeira Thaisa Cabral Albuquerque

A LP DO BRASIL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na AV. Osvaldo Reis, 3487, Sala 104, Praia Brava De Itajaí, Itajaí, SC- CEP 88.306-773, inscrita no CNPJ 11.468.157/0002-43, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93 e artigo 44 do Decreto 10.024/2019, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão da Senhora Pregoeira que aceitou a proposta da licitante 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Decreto 10.024/2019:

"Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias."

A intenção de recurso apresentada pela recorrente foi aceita pela senhora pregoeira em 19/12/2023, sendo concedido o prazo legal de 3 dias úteis para apresentação da peça recursal, prazo que finda em 22/12/2023, conforme expresso no próprio sistema compras.gov, data efetiva da apresentação desta peça, ficando comprovada a sua tempestividade.

OS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedede que, após a análise da proposta apresentada pelos licitantes, a Sra. Pregoeira culminou por julgar aceita a proposta da empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, ao arrepio das normas editalícias.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar proposta em conformidade com as exigências editalícias, conforme itens nº 4.3 e 8.12, do Edital e declaração a ser sinaladas pelos licitantes no sistema Compras.gov.

"O encaminhamento de proposta de preços será considerado como evidência de que o Licitante examinou e tem pleno conhecimento do presente Edital e dos seus anexos, inclusive quanto as descrições e observações constantes no Termo de Referência; aceita as cláusulas e condições deste Edital, eventuais aditamentos e esclarecimentos complementares e, ainda, tem condições e compromete-se a fornecer o objeto contratual pelo valor, prazos e especificações constantes da proposta de preço."

Supondo ter atendido tal exigência, a proponente 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, apresentou proposta documentação de forma irregular, pois o formato não atende as especificações do edital, assim como há indícios de que o atestado pode não corresponder à realidade do que fora ofertado, conforme explanaremos abaixo.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Um fato que nos chamou bastante a atenção foi o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa. A empresa recorrida, apresentou atestado de capacidade técnica emitido pela empresa "AGUIATRON COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA- CNPJ 35.171.422/0001-04".

Acontece que em simples diligência, é possível identificar que a empresa AGUIATRON COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA- CNPJ 35.171.422/0001-04, pertence à TATIANE MARIA ROZERA PASSO.

Dada a coincidência do sobrenome da emitente do atestado ser o mesmo do beneficiado pelo mesmo, por se tratarem de dados pessoais protegidos pela LGPD, a RECORRENTE não conseguiu identificar o grau de parentesco entre as partes, mas está [obvio que ele existe.

Importante esclarecer que não há nenhum impedimento de que os atestados de capacidade técnica sejam emitidos por empresas cujos sócios possuam certo grau de parentesco com o beneficiário, no entanto, tais situações geram grandes suspeitas de possível conluio. Mas como não possuímos qualquer comprovação de tais ligações entre as partes, buscamos junto à Sra. Pregoeira que sejam feitas novas diligências, a fim de se manter a lisura do processo licitatório.

Sra. Pregoeira de forma consciente e com muito profissionalismo realizou diversas diligências, conforme informações obtidas por meio de vistas aos autos do processo. Por outro lado, pelo fato da nota fiscal apresentada ser avulsa, não sendo possível verificarmos sua validade, ou até mesmo a data correta em que foi emitida, solicitamos que sejam feitas novas diligências, pois a nota não possui meio de comprovação de sua emissão e o atestado foi assinado de forma manual, dando margem para alteração da data de assinatura do mesmo. Caso o mesmo tivesse sido assinado com certificado sigiloso, teríamos total conformação da sua real data de emissão, mas no caso de assinatura manual, é impossível confirmarmos que a emissão é anterior à data de abertura do edital.

Mais uma vez, nos causa estranheza, que uma pequena do tipo MEI, revendedora de itens diversos, tenha fornecido Secadores de mãos para uma outra empresa revendedora dos mesmos tipos de itens. Não é comum que

revendedores comprem de revendedores. Geralmente dos revendedores fazem suas aquisições diretamente dos fabricantes ou grandes distribuidores. A empresa Aguatron tem como principal atividade à venda para o governo, este fato pode ser comprovado com simples consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, onde é possível identificar a participação da empresa em dezenas de Licitações, possuindo dezenas de notas de empenho emitidas para o seu CNPJ. Como pode a Aguatron possuir preços competitivos para participar de Licitações, realizando suas aquisições por meio de outros revendedores? O mais comum é que as empresas comprem diretamente de fabricantes ou grandes distribuidoras, a fim de conseguir preços mais competitivos.

Outro fato que nos chamou a atenção e levanta suspeitas sobre a veracidade da nota fiscal, são os valores ali mencionados. O Secador de mãos está sendo "vendido" por apenas R\$ 224,25. Este preço é totalmente inexistente, dando margem para se acreditar que a nota é uma nota fria. Vejamos os preços praticados pelo fabricante Brakey: <https://loja.brakey.com.br/secadores-de-maos>. Comprando diretamente do fabricante o secador com o menor valor custa R\$ 489,00. Ainda que a empresa tivesse conseguido desconto de revendedor, é totalmente inacreditável que ela tenha conseguido vender o item por menor da metade do preço de mercado.

Considerando que a empresa RECORRIDA não é fabricante ou improprietária de secadores de mãos, é fato que houve a compra dos secadores para posterior revenda. Com base nisto e nos fatos acima relatados, solicitamos que novas diligências sejam realizadas, para que a empresa comprove por meio de notas fiscais de entrada, por exemplo, de que o material foi realmente comprado pela empresa MATHEUS CARDOSO ROZERA, em data anterior à emissão da suposta nota de saída feita pela empresa a favor da emissora do atestado de capacidade técnica.

Por este motivo, com base no Direto de Petição que nos é dada pelo Art. 5º da constituição, solicitamos que sejam realizadas as devidas diligências, a fim de se garantir que todas as exigências editalícias foram atendidas de forma cabal, sem qualquer tipo de vantagens criadas pela RECORRIDA.

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que sejam realizadas as diligências solicitadas e caso necessário seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, INABILITADA, para prosseguir no pleito.

Resumindo o pleiteado:

- 1) Solicitamos a realização referente ao atestado de capacidade técnica apresentada pela RECORRIDA;
- 2) Que caso não seja comprovada a veracidade do atestado apresentado, seja inabilitada a empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA;
- 3) Que sejam convocadas as próximas empresas, até que tenham sido atendidas todas as exigências legais;

Outrossim, lastreadas nas razões recursais, requer-se que esse Pregoeiro reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo, além do art. 13, IV do Decreto 10.024/19.

Destaca-se ainda que caso o presente seja julgado improcedente, mediante a gravidade dos fatos aqui expostos, a RECORRENTE, procederá com DENÚNCIA e REPRESENTAÇÃO junto aos órgãos responsáveis, para que ATOS ILEGAIS como estes não continuem assolando as Licitações Públicas.

Nestes termos, pede-se deferimento,

Valdir de Oliveira
CPF:256.306.388-40 / RG: 26.643.683-3
CRA-SP 109174 Itajaí, 22 de dezembro de 2023.

Voltar **Fechar**